

Na Constituinte, DF tem força

A força que os Estados de regiões mais pobres, os territórios e o Distrito Federal deram a suas representações na Comissão da Organização do Estado indica que haverá ali uma polarização em torno dos desníveis regionais e da autonomia das unidades situadas em um patamar mais baixo na hierarquia da Federação, que, entre outras restrições, não elegem seus governadores. Regionalmente, a maior bancada é a do Nordeste, com 15 membros. Por unidade, ganha o DF, que ali tem cinco de seus 11 representantes na Constituinte. Proporcionalmente, dispararam na frente os territórios de Rondônia e do Amapá, cada um com três de seus quatro deputados federais indicados para esta comissão.

A Comissão da Organização do Estado será o leito por onde correrão as reivindicações de representantes de regiões com "bancadas" abertamente organizadas na Constituinte: Norte e Nordeste. Essas duas regiões têm 32 representantes, certamente dispostos a defender suas aspirações de um tratamento diferenciado, voltado a diminuir o desnível entre as áreas ricas e pobres do País. Entre os cinco parlamentares do Distrito Federal — também surgem, pelo menos da parte do deputado Francisco Carneiro (PMDB), idéias de que é justo um tratamento diferente para as regiões mais carentes —, esses constituintes são maioria na comissão de 58 membros.

Os territórios deverão postular eleições diretas e condições para o desenvolvimento. Projeto neste sentido — do deputado Eraldo Trindade (PFL-AP) — está sendo apresentado, já com 200 assinaturas de apoio. O parlamentar quer eleições para o governo no Amapá e em Roraima já no dia 15 de novembro de 1988, coincidindo com as eleições municipais.

Outro assunto que deverá ocupar a Comissão de Organização do Estado é também a questão das metrópoles. Há consenso, aparentemente, de que elas devem ter seu crescimento inibido. Mas haverá divergências sobre os meios a adotar para isto e sobre a forma como serão administradas essas regiões.